

CORREIO ECONÔMICO



Rovena Rosa - Agência Brasil

Salário extra reforça movimento econômico no fim de ano

Pagamento de 13º deve injetar R\$ 321,4 bilhões na economia

Com o pagamento da segunda parcela do 13º salário (aos trabalhadores com carteira assinada) – prevista para ocorrer, até a próxima sexta-feira (20) – a economia brasileira deverá receber uma injeção de R\$ 321,4 bilhões este ano, segundo estimativas divulgadas pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), ao calcular que, em média,

cada trabalhador passará a contar com R\$ 3.096,78, aqui consideradas as duas parcelas.

A exemplo de anos anteriores, o décimo-terceiro de aposentados e pensionistas do (INSS) Instituto Nacional do Seguro Social foi antecipado: a primeira parcela foi paga entre 24 de abril a 8 de maio. Têm direito ao benefício tanto aposentados, quanto pensionistas.

Salário extra

Além das categorias mencionadas, também fazem jus ao salário extra, trabalhadores em licença maternidade, afastados por doença ou por acidente. Na demissão sem justa causa, o 13º é calculado proporcionalmente ao período trabalhado e pago junto com a rescisão.

Integral

Para receber integralmente o décimo terceiro salário, o beneficiário terá de ter trabalhado, pelo menos, durante um ano, em uma mesma empresa. No caso daquele que trabalhou menos do esse período, será pago integralmente só será pago proporcionalmente.



Paulo Pinto Agência Brasil

Elétricas 'engataram' marcha mais forte que as comuns

Preferência nacional pende para bicicletas elétricas

Na 'corrida' pela preferência nacional, em matéria de veículos de duas rodas, as bicicletas elétricas estão ultrapassando as vendas, ante às tradicionais. É o que mostra levantamento divulgado pela Abraciclo.

Enquanto a produção das primeiras recuou 24,1% no ano, até novembro, no comparativo anual,

as segundas avançaram 46,8%, em igual período. As elétricas respondem por 4,9% das unidades fabricadas, em todas as categorias, correspondente a 16.845 unidades, maior número já registrado entre as empresas associadas ao Polo Industrial de Manaus (PIM). Um ano antes, essa participação era de 2,6%

Mountain bike

A mountain bike (mtb) foi o modelo mais fabricado, segundo a Abraciclo, com 191.716 unidades produzidas ou o equivalente a 56,1% da produção, seguida dos modelos urbano/lazer (67.055 bicicletas e 19,6% do volume de produção), e infante-juvenil (54.699 unidades, e 16%.

Sudeste

No ranking regional, a liderança coube ao Sudeste (182.904 unidades e 53,6% do total fabricado); Nordeste (55.650 unidades e 16,3% do total); Sul, com 45.560 unidades de 13,9% do total); Norte, com 28.817 unidades e 8,4% do total e o Centro-Oeste, com 28.515 bicicletas (8,4%).

Solução

Com o aumento da frequência de eventos climáticos e os alertas de chuvas intensas com ventos de até 100 quilômetros por hora (km/h), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está avaliando pelo menos três soluções para reforçar a rede elétrica brasileira.

Consulta

Na consulta pública da Aneel, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) sugeriu ao regulador prever a utilização dos chamados cabos multiplexados, considerados mais resistentes. Hoje as empresas já podem lançar mão do uso desse ou outros equipamentos.

Uso de reservas externas abre precedente perigoso

Para ex-diretor do BC, medida não surte efeito, sem ajuste econômico

Geraldo Magela Agência Senado

Por Marcello Sigwalt

Embora exibam montante 'suficiente' para financiar 12,4 meses de importações, o uso das reservas internacionais do país – último bastião de defesa do real e, em última instância, da estabilidade econômica tupiniquim – hoje de US\$ 369,214 bilhões, abre um precedente perigoso, pois pressupõe 'vender dólar', sem ajustar a economia.

Quem afirma isso é o ex-diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Reinaldo le Grazie, ao advertir o perigo de 'queimar' parte das reservas, a título de combater o enfraquecimento do real, uma vez que a política macroeconômica segue 'desequilibrada', tendo em vista o quadro de expansão fiscal.

Atual sócio da Panamby Capital, Le Grazie entende que dispor de "US\$ 350 bilhões [em reservas internacionais] é bastante, um tremendo seguro, mas acaba rápido se a política econômica estiver inadequada. A reserva pode ir



Queimar reservas para justificar desajuste fiscal é um precedente perigoso, afirma ex-BC

toda embora", adverte.

Crítico da política monetária 'monolítica' em curso, o ex-diretor do BC avalia que, "sem corrigir os problemas de fundo, o Banco Central provavelmente vai vender dólares a um preço mais baixo do que estará no futuro. É ruim, não resolve o problema e ainda queima patrimônio público", dispara.

Mas talvez a questão de fundo, nessa nau errática de gestão econômica seja responder à pergunta: reserva para quê? Diversamente de seu uso para defender o real contra movimentos especulativos ou volatilidade externa, o problema atual das reservas é interno, devido ao desajuste fiscal que alimenta (e realimenta) a

desconfiança do mercado com relação ao governo. A consequência previsível é o BC lançar mão da 'puxada' dos juros, agora a 12,25% ao ano, e a 14% ao ano, no curto prazo.

Para a economista-chefe da ARX Investimentos, Solange Sour, o "problema do Brasil não é de estímulo à demanda, e sim uma crise de confiança".

BC anuncia o 3º leilão cambial seguido

O Banco Central anunciou que fará novo leilão de dólares com compromisso de recompra nessa segunda-feira (16), quando serão ofertados 3 bilhões de dólares ao mercado no que será o terceiro pregão consecutivo com intervenções no câmbio.

Em comunicado divulgado nesta sexta, o BC afirmou que as propostas para o leilão de linha serão acolhidas das 10h20 às 10h25 de segunda-feira. As

operações de venda da autarquia serão liquidadas na quarta-feira e as operações de compra, em 6 de março de 2025.

Na quinta-feira, o BC já havia vendido 4 bilhões de dólares em dois leilões de linha. Mais cedo nesta sexta, foram vendidos mais 845 milhões de dólares em um leilão à vista, sem compromisso de recompra.

A despeito das atuações da autoridade monetária, o dólar fechou em alta nessas duas

sessões, mesmo após o Copom ter aprovado na noite de quarta-feira uma elevação de 1 ponto percentual dos juros, para 12,25%, e duas altas nas próximas reuniões.

Em tese, quanto maior o juro, maior a atratividade para investimentos estrangeiros, que estimular a entrada de dólares, mas operadores de mercado veem que insustentabilidade da dívida pública têm afastado investidores.

No leilão à vista desta sexta-feira, o BC informou que foram aceitas 9 propostas, com uma taxa de corte nas vendas de 6,02 reais por dólar. No comunicado com o anúncio do leilão, a autoridade monetária disse que o lote mínimo seria de 1 milhão de dólares.

A autarquia não mencionou o motivo para a realização do leilão, que contribuiu para desacelerar a alta do dólar na sessão.

Reforma tem a maior alíquota do planeta

Reprodução site contabilissis

As concessões de última hora no projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária farão o Brasil ter a maior alíquota de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do planeta. O futuro IVA será de 28,55%, superando a Hungria, país que atualmente cobra 27% e lidera a cobrança desse tipo de tributo. Aprovada pelo Senado na quinta-feira (12), a proposta voltará a Câmara dos Deputados.

Apenas a inclusão do setor de saneamento na alíquota reduzida em 60% elevará a alíquota em 0,38 ponto percentual. Apresentado pelo relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), o cálculo de 28,55% é preliminar. O número poderá subir após o secretário extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, apresentar os cálculos definitivos.

"O governo está satisfeito



Maior alíquota do mundo: presente natalino do Legislativo

com a aprovação do PLP 68, mas sempre ressaltando que o governo preferiria que houvesse menos exceções, mas isso faz parte da construção política", afirmou Appy após o fim da votação no Senado.

O texto aprovado pela Câ-

mara dos Deputados previa alíquota padrão de 27,97%, que superava a da Hungria. A tramitação no Senado elevou a alíquota em 0,58 ponto, mais um tratamento especial para alguns setores da economia.

Os cálculos levaram em con-

ta a premissa da reforma de não elevar a carga tributária. Para que a arrecadação dos tributos sobre o consumo continue em 12,45% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos), a soma das alíquotas da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deverá ficar na faixa estipulada pelo estudo.

Além do setor de água e esgoto, o Senado incluiu serviços funerários, medicamentos oncológicos e de doenças raras, remédios de manipulação e fraldas nas alíquotas reduzidas em 60%.

Outros benefícios foram a ampliação do cashback, devolução parcial de tributos para a população mais pobre, para serviços de telecomunicações, a ampliação de descontos para o setor imobiliário e a criação de uma faixa de isenção de IVA para aluguéis.

Cortes não impedem 'explosão' da dívida

Por Marcello Sigwalt

Na direção certa para conter o ritmo de avanço das despesas públicas, mas, ainda, insuficientes para 'atingir' o objetivo de 'interromper' a trajetória de alta da dívida pública. A sentença, nua e crua, foi proferida pelo presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, para quem o "pacote fiscal está na direção correta, mas não basta estar na

direção certa, é fundamental chegar ao destino e o destino do quadro fiscal é um só: a interrupção da trajetória de alta da dívida", reforçou.

Para facilitar o entendimento de qualquer cidadão, Sidney fez uma analogia com uma viagem de carro, que demanda uma determinada quantidade para chegar ao destino. Mas para que isso ocorra, segundo ele, esse combustível precisa conter um "plano consistente",

no sentido de reduzir o ritmo de crescimento das despesas.

Ao destacar o papel 'colaborativo' à questão pendente da dívida, o presidente da Febraban enfatizou que o setor bancário "não se sente representado numa pesquisa que revela que 90% do mercado reprova a política econômica do governo. Enxergo o setor bancário numa postura colaborativa e com uma atuação de crítica construtiva".

O mercado de crédito

já contabiliza expansão de 10,5%, até novembro de 2024, para o próximo, este deve crescer 9,5%.

"Vale acrescentar que o cenário base das nossas projeções para 2025 é de uma expansão ainda forte de 9,5%, mas alguns riscos de baixa entraram no radar dos bancos: eventual deterioração do ambiente macro, com alta ainda maior da Selic e impactos na inadimplência", avalia Sidney.